

QUALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DE INDICADORES

PEREIRA, Rafael Morais¹

MARQUES, Humberto Rodrigues²

CASTRO, Sabrina Olímpio Caldas de³

AMARAL, Thaís de Souza⁴

SILVA, Thaís Santos⁵

FERREIRA, Marco Aurélio Marques⁶

RESUMO

A qualidade da educação superior brasileira ainda não conta com um sistema de indicadores estruturado em aspectos de entrada, processo e resultados para avaliar e acompanhar o seu desenvolvimento e qualidade. Além

^{1 2 3 4 5} Graduandos em Administração na Universidade Federal de Viçosa. E-mails: rafaél.morais@ufv.br; : humberto.marques@ufv.br; sabrinadekastro@hotmail.com; tthais.souzaamaral@gmail.com; tha.silva25@gmail.com

⁶ Pós-Doutorado em Administração Pública. Professor no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: marcoaurelio@ufv.br

disso, visto que o entendimento de qualidade é subjetivo, a qualidade do ensino superior pode variar no tempo e no espaço, assumindo significados distintos para diferentes grupos. Uma das soluções emergentes para colocar fim às análises individuais, que promovem muitas vezes rankings entre instituições ou cursos, é utilizar os sistemas de indicadores. Sendo assim, o presente artigo visa analisar a educação superior no Brasil a partir de uma abordagem sistêmica, comparando os resultados obtidos, pela análise dos indicadores, com os aspectos idealizados pela política pública de educação superior, refletidas no Plano Nacional de Educação (2001-2010). Para tanto, utilizou-se um modelo conceitual de qualidade, baseado na abordagem sistêmica, e indicadores de entrada, processo e resultado, como metodologia. Por tudo isso, concluiu-se, através da análise sistêmica dos indicadores, que os esforços do governo para investir na educação superior apresentaram-se satisfatórios. O avanço, tanto no eixo qualitativo quanto quantitativo, considera-se como um fator incentivador para novas políticas públicas educacionais, que visem aperfeiçoar os resultados já existentes e ainda suprir as lacunas que assombram o terceiro grau no país. Contudo, evidenciou-se o processo de mercantilização referente ao aumento da representatividade de instituições do ensino superior privado, o que se configura como um alerta para o governo.

Palavras-chave: Política Pública. Plano Nacional de Educação. Abordagem Sistêmica.

ASSESSMENT OF PUBLIC POLICY IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: A SYSTEMIC APPROACH OF INDICATORS

ABSTRACT

The quality of Brazilian higher education still does not have a system of indicators structured aspects of input, process and outcomes to assess and monitor their development and quality. Furthermore, once that the concept of quality is subjective, the quality of higher education may vary in time and space, assuming different meanings for different groups. One of the emerging solutions to put an end to individual analyzes, which often promote rankings among institutions or courses, is to use indicator systems. Therefore, this article aims to analyze higher education in Brazil from a systemic approach, comparing the results obtained by the analysis of the indicators, with the idealized aspects of higher education policy, reflected in the Plano Nacional de Educação (PNE - 2001/2010). For this we used a conceptual model of quality, based on the systemic approach, and input indicators, process and outcome, as a methodology. For all this, it was concluded by the systemic analysis of the indicators, which compared the data analysis with the proposals of the PNE, the government's efforts to invest in higher education were satisfactory. The advancement, both in qualitative and quantitative axis, it is considered as a supportive factor for new educational policies that aim to improve the existing results and close the loopholes that still haunt the third degree in the country. However, the process of commodification, referring to the increased significance of private institutions of higher education, which is configured as a warning to the government.

Keywords: Public Policy. National Education Plan. Systemic Approach.

1 INTRODUÇÃO

O caráter econômico e social dos países sofre relações diretas de suas políticas públicas. Por este fato, a teoria da política pública necessita abranger as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Esta complexidade resulta na dedicação e compartilhamento de um interesse comum nesta área de pesquisadores de diversas disciplinas, como a economia, a ciência política, a sociologia, a gestão, entre outras (SOUZA, 2006).

As Políticas Públicas são entendidas como projetos de interesse público, realizados pelo governo e outros atores, através de ações voltadas para setores específicos da sociedade. A responsabilidade de implantação e manutenção cabe aos órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade (HOFLING, 2001). Desse modo, as políticas públicas não podem ser responsabilidade apenas do Estado, visto que, segundo a abordagem multicêntrica, são os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo de pública, e não a personalidade jurídica do tomador de decisão (SECCHI, 2010).

A preocupação com a educação, temática de interesse público, esteve presente em diversos cenários históricos brasileiros, dentre os quais, o período da Revolução Constitucionalista de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. Neste contexto, como resultado da preocupação de um grupo de intelectuais em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado, lançou-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Uma de suas propostas era que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

As discussões dos legisladores a respeito da educação, no entanto, só se iniciaram de maneira clara a partir da Constituição Federal de 1988, na qual definiu-se como dever do Estado “a garantia de acesso à educação aos cidadãos e a manutenção da qualidade do sistema educacional brasileiro” (SENA, 2011, p. 39). Além disso, proclamou-se o desejo de um Plano Nacional de Educação (PNE), com duração plurianual, que tivesse

dentre seus objetivos erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino e viabilizar a formação para o trabalho e à promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A promulgação do plano foi realizada no dia 9 de janeiro de 2001, quando o então Presidente Fernando Henrique aprovou a lei que estabeleceu o PNE e suas 295 metas, sendo este caracterizado como um plano de Estado e não um plano de governo, visto que ultrapassaria pelo menos o período de duas gestões governamentais (AGUIAR, 2010). O plano estabeleceu diretrizes que contemplam a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio regular e a educação superior. Em virtude do papel que a educação superior assume para o crescimento dos indivíduos e desenvolvimento dos países, a necessidade de analisar e avaliar a qualidade desta modalidade de ensino tornou-se assunto de grande importância não apenas para governos e instituições, mas também para toda a sociedade.

Ressalta-se que, para Bertolin (2007), o entendimento de qualidade é subjetivo, pois possui como

fundamento as concepções de cada indivíduo, assim, a qualidade do ensino superior pode variar no tempo e no espaço, assumindo significados distintos para diferentes grupos. Uma das soluções emergentes para colocar fim às análises individuais, que promovem muitas vezes *rankings* entre instituições ou cursos e não o fim último da educação é utilizar os sistemas de indicadores.

Este método, que ganhou destaque em nível internacional, baseia-se no agrupamento de indicadores delimitados nas categorias de entrada, processo e resultado, ou ainda, quando aplicados na avaliação de políticas públicas, segundo Jannuzzi (2011), podem ser definidos como indicador-insumo, indicador-processo e indicador-resultado. Esta teoria observa que o resultado do todo é maior do que a simples soma dos elementos ou das partes, de forma que há uma indissociabilidade entre os respectivos indicadores.

A qualidade da educação superior brasileira ainda não conta com um sistema de indicadores estruturado em aspectos de entrada, processo e resultados para avaliar e acompanhar o seu desenvolvimento e qualidade. Sendo assim, o presente

artigo visa analisar a educação superior no Brasil a partir de uma abordagem sistêmica, comparando os resultados obtidos, pela análise dos indicadores, com os aspectos idealizados pela política pública de educação superior, refletidas no PNE.

2 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

A fim de atingir o objetivo proposto, caracterizou-se esta pesquisa como de caráter quantitativo, uma vez que se mensurou numericamente os dados estudados. Quanto ao objetivo foi considerada descritiva, pois buscou descrever as características de determinado fenômeno, que no presente estudo se referiu à situação da educação superior brasileira durante o período de 2001 a 2010, no qual vigorava o PNE.

Diante da necessidade de avaliar a qualidade da educação superior, organismos internacionais, como a UNESCO, a Comissão Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), têm baseado na abordagem sistêmica suas avaliações de desempenho dos sistemas

nacionais de educação, utilizando um conjunto de indicadores, categorizados em entradas, processo e saídas.

Nessa perspectiva, a utilização de indicadores visa superar a ação de uma simples soma de dados, ao agrupar indicadores, e o fato de se considerar o resultado como o perfeito estado dos sistemas de educação. Além disso, Bertolin (2007) corrobora com a validade de tal modelo, pois partindo da prerrogativa da teoria de sistemas de que o todo é maior do que a simples soma das partes, para ele seria insuficiente avaliar um sistema de educação, no caso o superior, por seus elementos de modo individualizado, assim tem-se que um sistema deve ser avaliado em sua forma global.

Diante das considerações feitas, para avaliar a qualidade da educação superior brasileira, entre os 2001 e 2010, período no qual vigorou o PNE 2001-2010, o presente trabalho teve como referência a estrutura básica de sistemas de indicadores da educação superior apresentado por Bertolin (2007), sendo analisados seis indicadores (Quadro 1).

Categoria	Indicador
Entrada (A)	A.1 Investimento Público Direto em educação em relação ao (PIB)
	A.2 Total dos investimentos realizados em bolsas de pesquisa
Processo (B)	B.1 Número de Instituições de Ensino Superior
	B.2 Número de Docentes e Grau de Formação
Resultado (C)	C.1 Relação entre Integrantes e Concluintes
	C.2 Avaliação dos Cursos a partir do ENADE

Quadro 1- Avaliação da Educação Superior no Brasil.

Considera-se que há a possibilidade de outras formas de organização, uma vez que não existe um consenso geral sobre a quantidade ideal de indicadores para comporem um sistema de indicadores, mas existem características básicas presentes nos instrumentos desenvolvidos em âmbito internacional. Os dados considerados são secundários e foram coletados através de pesquisa documental, feita por meio de informações obtidas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Os indicadores da categoria entrada (A) referem-se aos recursos, tanto financeiros como humanos e tecnológicos, que se destinam à educação. Nessa categoria utilizaram-se dois indicadores. O primeiro, Investimento Público direto de educação em relação ao PIB (A.1), consiste no percentual do investimento

público direto nas instituições públicas de ensino superior em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). O segundo, Total dos investimentos realizados em bolsas de pesquisa (A.2), compreende os recursos referentes às bolsas dos programas de capacitação institucional do Ministério de Ciência e Tecnologia- (PCI) e do CNPq e recursos referentes às ações de gestão, acompanhamento e avaliação.

A categoria processo (B) refere-se à conjuntura pedagógica e organizacional. O Número de Instituições de ensino superior (B.1), primeiro indicador desta categoria, contempla a evolução do número de instituições de ensino superior considerando os aspectos: público e privado, interior e capital e as regiões do país. O outro indicador, Número de Docentes e Grau de Formação (B.2), complementa as informações fornecidas pelo anterior, pois mede o número de docentes de acordo com o

grau de formação dos mesmos (graduados, sem graduação, com mestrado, com especializações e com doutorado).

Por fim, os indicadores de resultado (C) referem-se às características relativas aos propósitos intermediários e últimos da educação. O indicador Relação entre Ingressantes e Concluintes (C.1), teve o intuito de analisar o número de concluintes dos cursos de cada ano (incluindo todas as instituições e todos os cursos) em relação número de ingressantes nos mesmos, relacionando as instituições públicas e privadas. O segundo indicador, Avaliação dos Cursos a partir do ENADE (C.2), compreende a evolução das notas dos concluintes no ENADE, uma vez que estes foram selecionados para o estudo dos conhecimentos específicos, pois já haviam sido submetidos ao ensino superior.

3 RESULTADOS

Os principais resultados obtidos na pesquisa são apresentados e

discutidos nesta seção, a qual está organizada nas referidas categorias deste estudo, entrada, processo e resultado, e seus respectivos indicadores.

3.1 INDICADORES DE ENTRADA (A)

3.1.1 Investimento Público direto de educação em relação ao PIB (A.1)

A educação de qualidade é uma boa oportunidade de desenvolvimento cultural e econômico para qualquer país, pois é a partir dela que são formados os principais atores capazes de modificar as falhas existentes no cenário interno. O capital humano tem sido cada vez mais valorizado, sendo então a educação uma forma de alavancar o desenvolvimento econômico de um país, já que é através dela que este capital é lapidado.

No Brasil, o investimento direto em educação superior em relação ao PIB apresentou um comportamento distinto ao longo da década de 2000 (Figura 1).

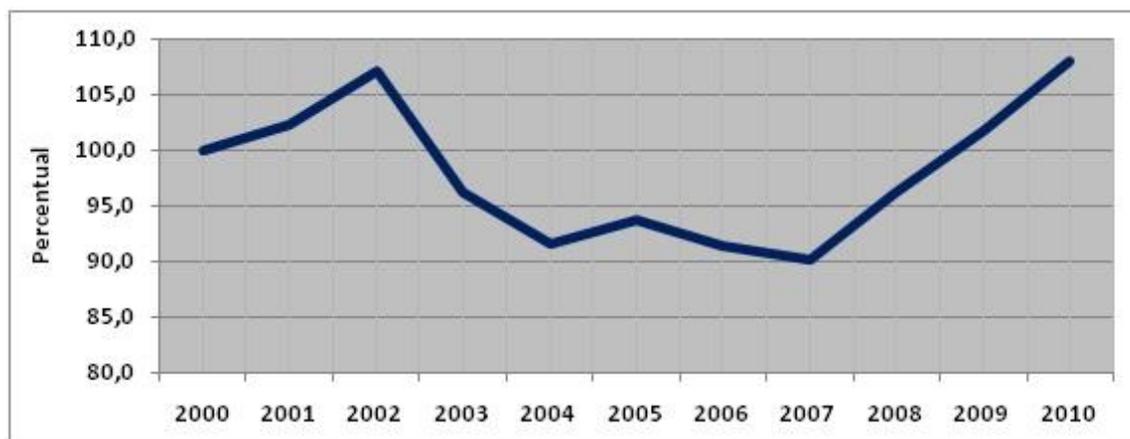


Figura 1 – Investimento Público Direto em Educação em relação ao (PIB).
Fonte: elaborado pelos autores

No ano de 2001 esse investimento aumentou em 2,3% em relação ao ano base, demonstrando que o investimento no setor vinha sendo incentivado pelo governo. Porém, a partir de 2003o mesmo sofreu queda, que foi se agravando até 2007, quando chegou à casa dos 10% de declinação em relação ao base. A educação superior voltou recebeu mais investimentos a partir do ano de 2008, de modo que no ano de 2010 os investimentos chegaram a 7,9% em relação ao ano 2000, apresentando o maior incentivo durante o período analisado.

Além disso, verificou-se que o investimento em educação superior no Brasil aumentou significativamente, atingindo 77,1% no ano de 2010, em relação aos ano 2000. Porém, quando é analisado o investimento por aluno, os números apresentam uma queda

ao longo dos anos, uma vez que o número de alunos ingressantes nas IES aumentou ao longo dos anos, que resulta numa tentativa de avanço na democratização do acesso a esta modalidade de ensino.

3.1.2 Total dos Investimentos realizados em bolsas de pesquisa (A.2)

O Brasil vem aumentando o número de publicações científicas, assim, o fomento às pesquisas é essencial para que estas possam ser desenvolvidas, concluídas e então publicadas. Ao analisar os dados, foi constatado que os incentivos à produção científica de forma geral aumentaram significativamente ao longo dos anos, passando de R\$ 581.221 em 2001 para R\$ 1.606.023 no ano de 2010, tanto em relação às bolsas quanto ao fomento.

No que se refere às bolsas, verificou-se um crescimento de 2,5

vezes de 2001 para 2010 (Figura 2).

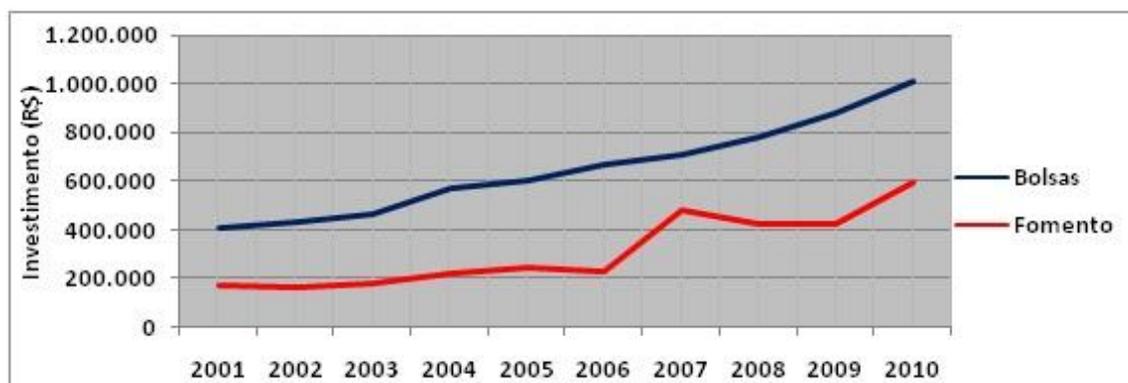


Figura 2 - Investimentos realizados em Bolsas e Fomento.
Fonte: elaborado pelos autores

Destaca-se também que as bolsas de pesquisa mais investidas são as nacionais, uma vez que as bolsas no exterior sofreram uma redução de 41% ao longo da década de 2000, demonstrando a dificuldade que o país ainda encontrava para financiar o acesso do estudante brasileiro no exterior.

Os recursos destinados ao fomento das pesquisas, que são aqueles referentes às ações de gestão, acompanhamento e avaliação, também se desenvolveram do ano de 2001 até 2010, passando de R\$170.645 para R\$595.007, aumento de 242%, aproximadamente.

Para tanto, é importante destacar que esse investimento tem várias vantagens, pois o estudante que faz Iniciação Científica apresenta melhor desempenho em programas de

pós-graduação, é um agente medidor da qualidade do Ensino Superior em sua instituição, além de não se restringir à estrutura curricular, o que o faz ser mais confiante durante e após sua formação.

3.2 INDICADORES DE PROCESSO

(B)

3.2.1 Número de Instituições de Ensino Superior (B.1)

Em consonância com as propostas do PNE 2001-2010, verificou-se um crescimento de 70,96% das instituições de ensino superior no Brasil de 2001 a 2010, de modo que o crescimento nas capitais dos estados teve um aumento de 61,96%, superado pelo aumento de 76,16% ocorrido nas cidades do Interior. Demonstra-se, assim, o caráter descentralizador da política de

educação adotada no país, norteados pela Constituição Federal de 1988 e, ainda, revela a busca de uma homogeneidade dos impactos do PNE em todas as localidades do país (Figura 3). Uma vez que segundo

Bertolin (2007) é necessário uma qualidade do ensino superior com equidade, que assegure a todos os estudantes a mesma oportunidade, independente de sua origem geográfica e/ou social dentro do país.

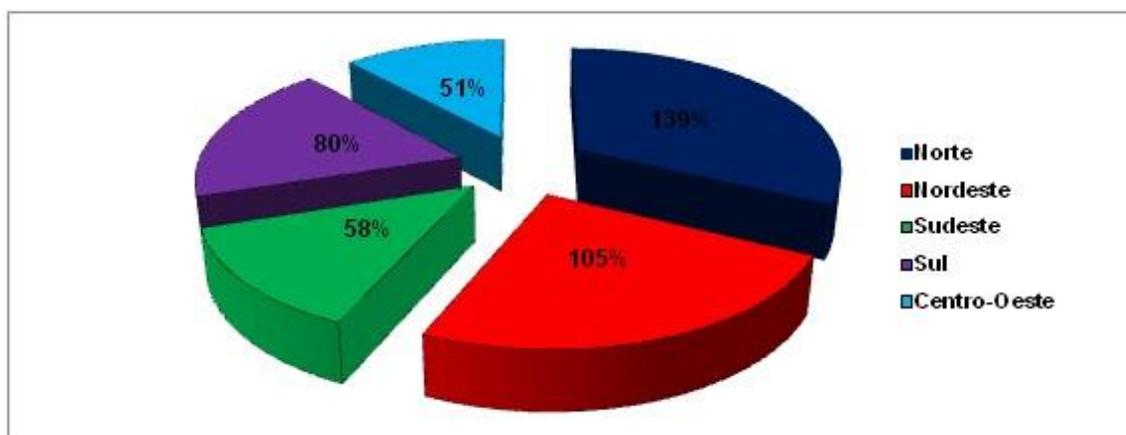


Figura 3 - Crescimento de Instituições de Ensino Superior por Regiões (2001-2010).
Fonte: elaborado pelos autores

No que se refere à Categoria Administrativa das instituições no período em análise, no ano de 2001, o número de instituições privadas era de 1208 instituições, quantidade superior ao número de públicas, que eram 183 no referido ano. Nesse aspecto, identificou-se o fenômeno da mercantilização da educação superior, que segundo Pinto (2004, p.739-740), se apresenta “[...] dentro de uma lógica estrita de mercado, reside nesse modelo a melhor relação custo/lucro, pelo menos no curto prazo”.

Além disso, a partir da análise dos dados no período em questão

verificou-se que o percentual de participação do número de instituições privadas no país elevou-se de 86,8% em 2001 para 88,3% em 2010, o que conseqüentemente ocasionou uma redução da participação das instituições públicas, exigindo uma maior regulação por parte do Estado.

Por tudo isso, ressalta-se que tal política expansionista no ensino superior merece atenção, uma vez que o aumento da oferta não significa necessariamente uma manutenção ou aumento da qualidade. Nesse sentido, a municipalização preconizada pelo Estado, inclusive em relação à

Educação, é apresentada por Almeida et al. (2012) como uma indiscriminada abertura de instituições em diversos estados e municípios do país, sem os necessários processos de regulação e avaliação da qualidade, funções que caberiam a todos os atores sociais, dentre os quais o Estado.

3.2.2 Número de Docentes e Grau de Formação (B.2)

A melhoria da qualidade do ensino é um dos objetivos centrais do

PNE. Porém, tal objetivo depende da elaboração de uma política global de valorização da profissão docente que, entre outros aspectos, seja capaz de prover a adequada formação profissional inicial, corretas condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada.

Nesta perspectiva, tem-se na Figura 4 o panorama relativo ao grau de formação dos docentes nos anos de 2001 a 2010.

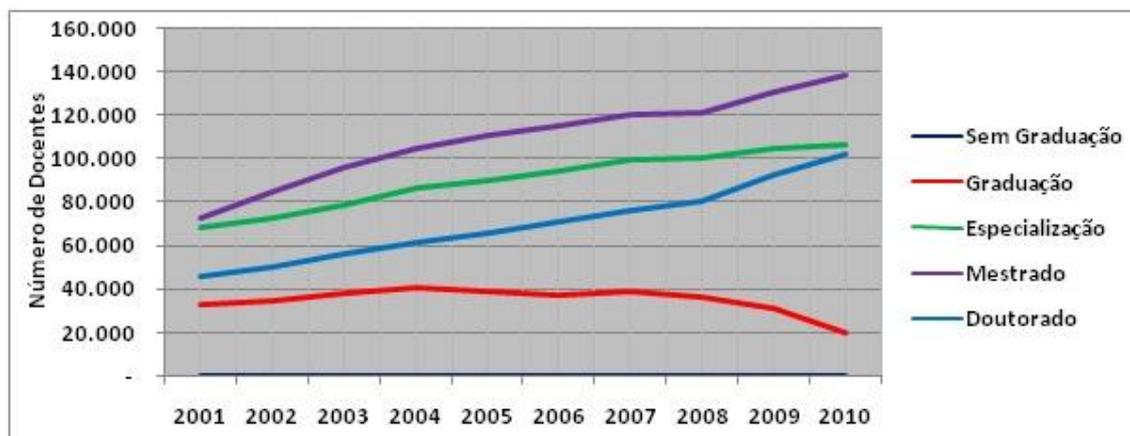


Figura 4 - Número de Professores e Grau de Formação.
Fonte: elaborado pelos autores

Primeiramente, observou-se que o número de professores que apresentam como formação somente a graduação, aumentou nos quatro primeiros anos, fato que ocorreu de maneira inversa nos anos subsequentes. Este resultado tem reflexo positivo, visto que, tem como consequência a percepção por parte

dos próprios professores da maior necessidade de formação, ou também pela maior requisição governamental, que exige que para assumir determinados cargos docentes, certos níveis de formação devam ser atingidos. De acordo com Freitas (1999), no tocante aos países subdesenvolvidos, a importância

conferida à questão da formação pelas políticas públicas atuais, tem por objetivo equacionar o problema da formação para elevar os níveis de “qualidade” do ensino.

Em complemento às justificativas já mencionadas, percebeu-se crescente, no período observado, o número de professores que apresentam Mestrado, Especialização e Doutorado, respectivamente. Contudo, na visão de Gatti (2000)

Ainda é baixa a consciência política em relação à importância social dos professores no quadro de desenvolvimento do país (...). Disto decorrem descasos com suas possibilidades de carreira profissional e de salário e descuido quanto a sua formação previa ou em serviço (GATTI, 2000, p.1).

Em suma, verificou-se que os docentes vêm apresentando grau de formação mais elevado, o que pode ser explicado principalmente por políticas de incentivo do governo.

Ressalta-se, no entanto, que há ainda muito para ser feito, no que tange a valorização do cargo docente, dando ao mesmo, sua devida importância. Tal fato acarretaria estímulos positivos para que os docentes buscassem capacitações cada vez maiores e melhores, aumentando assim, por consequência, a qualidade do ensino ofertado no país.

3.3 INDICADORES DE RESULTADO (C)

3.3.1 Relação entre Ingressantes e Concluintes (C.1)

No período analisado de 2001 e 2010 verificou-se que houve um aumento tanto em relação aos ingressantes quanto em relação aos concluintes nos cursos de graduação presenciais oferecidos pelas instituições de ensino superior no Brasil, sendo estes aumentos, de 49,38% e 109,42%, respectivamente (Figura 5).

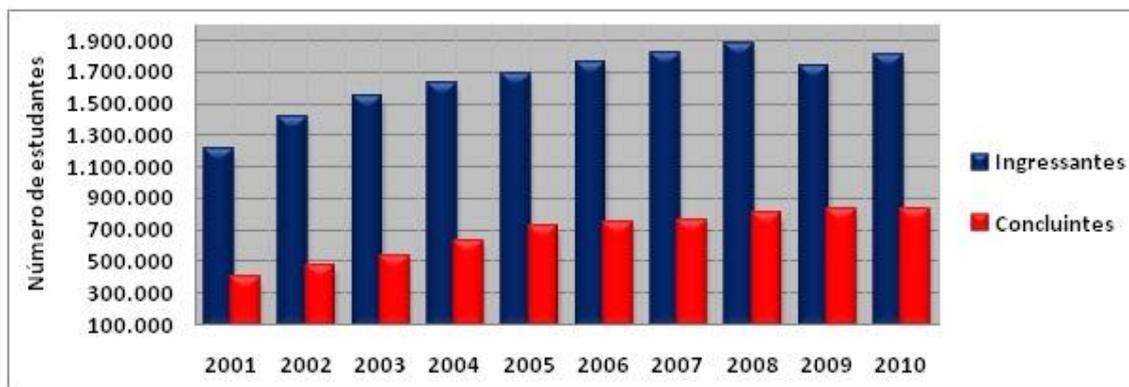


Figura 5 - Relação entre ingressantes e concluintes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que diz respeito às instituições privadas, verificou-se que, em todos os anos estudados, possuíam uma maior representatividade em relação às públicas, tanto em relação aos ingressantes quanto aos concluintes, correspondendo, respectivamente em 2010, a 75,82% e 78,49% do total. Estas instituições se destacaram também quanto à criação de cursos presenciais, uma vez que teve um aumento de 154,78% no período analisado, possuindo 19.756 cursos em 2010. Tal como foi apresentado por Pinto (2004), a autonomia que as instituições privadas têm para criação de novos cursos, explicam esse aumento, pois não possuem exigência de se tornarem instituições de pesquisas, como as instituições públicas.

Como evidenciado no PNE 2001-2010, neste período não havia a intenção do governo de incrementar os recursos para a educação superior do país, porém, mesmo assim, verificou-se que as instituições públicas sofreram uma resposta positiva frente a esta indagação. Quanto à evolução do número de ingressantes no período, evidenciou-se que elas

obtiveram um aumento de 58,55%, frente a 46,67% das privadas, além de um aumento no seu número de vagas, passando de 256.498 em 2001 para 445.337 em 2010.

Por fim, com relação entre os dois índices abordados, verificou-se que em 2010 o número total de ingressantes foi de 1.801.901 em comparação com o total de formandos de 829.286. Verificou-se assim a política expansionista do ensino superior abordado pelo PNE como resultado de mudanças ocorridas de fator demográfico, por qualificações do mercado de trabalho, além das melhorias ocorridas no ensino médio.

3.3.2 Avaliação dos Cursos a partir do ENADE (C.2)

A avaliação dos cursos pelo ENADE, utilizada neste artigo, corresponde às informações relativas à Formação Geral (FG) e Componente Específico (CE) dos estudantes concluintes. A seguir, apresenta-se o resultado nacional dos cursos avaliados nos anos de 2004, 2007 e 2010 em ambos os aspectos e a média obtida entre os dois, a partir das notas dos alunos (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução notas do ENADE.

Ano	2004			2007			2010			
	Cursos	FG	CE	Média	FG	CE	Média	FG	CE	Média
	Agronomia	40,80	51,00	45,90	56,10	54,80	55,45	45,80	51,20	48,50
	Educação Física	34,80	33,80	34,30	46,30	51,80	49,05	38,20	41,10	39,65
	Enfermagem	39,70	42,00	40,85	45,70	36,20	40,95	45,20	48,50	46,85
	Farmácia	42,50	33,20	37,85	52,60	42,70	47,65	45,90	44,10	45,00
	Fisioterapia	44,60	43,90	44,25	51,00	50,90	50,95	47,60	42,80	45,20
	Fonoaudiologia	43,40	66,80	55,10	49,20	63,80	56,50	47,80	49,30	48,55
	Medicina	56,30	47,20	51,75	65,50	61,10	63,30	58,30	58,90	58,60
	Medicina Veterinária	42,70	41,90	42,30	54,10	50,80	52,45	47,90	48,60	47,43
	Nutrição	39,70	42,20	40,95	48,90	48,90	48,90	47,50	45,70	46,60
	Odontologia	46,00	55,20	50,60	57,90	56,60	57,25	49,20	55,30	52,25
	Serviço Social	28,10	26,60	27,35	42,50	41,60	42,05	39,60	30,20	34,90
	Terapia Ocupacional	40,60	53,30	46,95	45,20	36,60	40,90	43,90	42,90	43,40
	Zootecnia	43,20	49,60	46,40	56,50	60,30	58,40	46,00	52,00	49,00
	Média no Ano	42,50	43,90	44,25	51,00	50,90	50,95	46,00	48,50	46,85

Fonte: elaboração dos autores

As questões direcionadas à FG são iguais para todas as áreas e visam avaliar a capacidade de interpretação e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira. Neste sentido, Cury (2002) afirma que a base da educação é a educação infantil, o ensino fundamental o seu tronco, o ensino médio é seu acabamento e estes fornecem os meios para progredir nos estudos posteriores. A média da FG, calculada a partir dos resultados dos treze cursos avaliados nos anos em questão apresentou crescimento de 2004 para 2007 e diminuição no período posterior.

No tocante, ao CE dos cursos, que busca obter resultados referentes ao nível de conhecimento dos conteúdos programáticos previstos dos cursos de graduação, verificou-se que houve um melhor desempenho neste quesito no segundo exame. Destacando-se que em 2007 três cursos obtiveram notas superiores a 60, enquanto que no primeiro exame, apenas um curso apresentou nota superior a esta. Sendo assim, esse componente busca avaliar o conhecimento adquirido especificamente no ensino superior que, segundo Nunes (2007) é um nível de ensino de suma importância para

os temas estratégicos da nação e do Estado brasileiro.

De acordo com a análise realizada, inferiu-se que ocorreu uma melhora no perfil dos estudantes no último exame com relação ao primeiro, no que se refere ao seu conhecimento agregado, que contempla tanto a formação quanto os componentes específicos dos cursos.

4 DISCUSSÃO GLOBAL DOS INDICADORES

O objetivo da análise realizada neste trabalho, a respeito da qualidade da educação superior, não consiste numa análise última e definitiva, a proposta foi analisar o desenvolvimento da qualidade possuindo como parâmetro os próprios indicadores, no período de dez anos

(2001-2010), quando vigorou o PNE 2001-2010. Os resultados demonstraram um quadro geral de evolução dos indicadores de qualidade da educação superior, fato esse que consolida a análise da educação superior como um todo, defendida pela teoria sistêmica.

Nas três categorias analisadas, dentre os seis indicadores medidos, quatro apresentaram evolução no período (A.2, B.1, B.2 e C.1) e, dois indicadores não revelaram alterações relevantes (A.1 e C.2), apresentando tendência de estabilidade (Quadro 2). Desse modo, verificaram-se avanços perceptíveis em alguns aspectos, tais quais nos investimentos em bolsas de pesquisas, assim como na elevação do número de instituições de ensino superior.

Categoria	Indicador	Evolução
Entrada (A)	A.1 Investimento Público Direto em educação em relação ao (PIB)	Estável
	A.2 Total dos investimentos realizados em bolsas de pesquisa	Avançou
Processo (B)	B.1 Número de Instituições de Ensino Superior	Avançou
	B.2 Número de Docentes e Grau de Formação	Avançou
Resultado (C)	C.1 Relação entre Integrantes e concluintes	Avançou
	C.2 Avaliação dos Cursos a partir do ENADE	Estável

Quadro 2 – Evolução dos indicadores de Educação Superior no Brasil (2001-2010)

Fonte: elaborado pelos autores

No que diz respeito aos indicadores de entrada, percebeu-se uma ação diferenciada do governo no

modo de prover investimentos em educação superior. Visto que o gasto com essa modalidade de educação

apresentou um aumento de aproximadamente 7%, em 2010, em relação a 2000, valor pequeno de crescimento, uma vez que o percentual investido na educação como um todo em relação ao PIB, se apresenta menor que o valor dessa elevação. Por outro lado, o governo adotou uma prática de investimento indireta, ocasionando uma elevação no número de bolsas de pesquisa disponíveis aos estudantes, como demonstrado pelo indicador B.2.

No âmbito dos indicadores de processo, constatou-se uma evolução de ambos os indicadores componentes dessa categoria, dessa forma os meios intermediários preconizados pelo governo estão se fortalecendo. Verificou-se um aumento considerável de instituições de ensino superior no país e uma busca por equidade, uma vez que a elevação ocorreu nas regiões do país que são historicamente menos desenvolvidas. Ressalta-se, entretanto, o fato de um grande aumento das instituições privadas, servindo como um alerta ao governo sobre o processo de mercantilização. No tocante aos docentes, o aumento também foi considerável e, refletiu ainda, uma maior capacitação profissional, pois o

número de mestres e doutores evoluiu de forma contínua no período analisado.

Na perspectiva da Categoria de resultados, composta pelos indicadores que apresentam a relação de ingressantes e concluintes e a nota obtida pelos estudantes concluintes no ENADE, constatou-se, quanto ao primeiro, uma evolução constante do tanto de ingressantes quanto de concluintes, ressaltando que em todo o período analisado foi verificado uma representatividade maior das instituições privadas em relação às públicas. Já o segundo indicador, Avaliação do ENADE, percebeu-se uma melhora nas notas dos cursos em 2007 em relação ano de 2004, entretanto não se manteve, pois em 2010 a nota reduziu, desse modo, o indicador apresentou-se estável no período analisado. Diante disso, o impacto no resultado da educação superior apresentou um contraste, de um lado um aumento constante de ingressantes e concluintes, e de outro uma estabilidade no exame utilizado como forma de avaliar o conhecimento do estudante do ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil criou o PNE como forma de impulsionar o desenvolvimento da educação em todos os níveis, inclusive no que diz respeito à qualidade do ensino superior no país, modalidade que foi foco do presente artigo. Os indicadores apresentaram que a educação superior brasileira apresentou avanços no período analisado (2001-2010), uma vez que a política pública adotada proporcionou efeitos positivos.

A análise da educação superior realizada neste artigo contribuiu com a validação da abordagem sistêmica de indicadores, de modo que as conclusões obtidas averiguaram o processo como um todo (através de categorias), não se restringindo à qualidade dos resultados finais, pois estes podem ser variáveis de acordo com a ótica de quem os analisa. Para tanto, os indicadores trazem uma abordagem complexa do estudo, não se limitando à soma de dados isolados, que possam ser desconexos.

Como limitação do estudo, considerou-se a utilização de apenas seis indicadores, em função da indisponibilidade de acesso a outros dados referentes ao ensino superior. Contudo, apesar do número reduzido de indicadores, esses apresentaram relevância, ao se constituírem consistentes para a análise da educação superior brasileira aqui pretendida.

Por tudo isso, concluiu-se, através da análise sistêmica dos indicadores, na qual se comparou a análise dos dados com as propostas do PNE, que os esforços do governo para investir na educação superior apresentaram-se satisfatórios. O avanço, tanto no eixo qualitativo quanto quantitativo, considera-se como um fator incentivador para novas políticas públicas educacionais, que visem aperfeiçoar os resultados já existentes e ainda suprir as lacunas que assombram o terceiro grau no país.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 112, v. 31, set. 2010, p. 707-727.
- ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAUJO; Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. Democratização do acesso e do sucesso no Ensino Superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação*. Sorocaba, n. 3, v. 17, nov. 2012, p. 889-920.
- BERTOLIN, Julio Cesar G. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. *Avaliação*. Sorocaba, n. 2, v. 12, jun. 2007, p. 309-33.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 80, v. 23, set. 2002, p. 168-200.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação e Sociedade*. n. 68, v. 20, dez. 1999, p. 17-44.
- GATTI, Bernadette. *Formação de professores e carreira: Problemas e movimentos de renovação*. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. CEDEPS, 2011. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2013.
- HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Campinas, *Caderno Cedes*. n. 55, v. 21, nov. 2001, p. 30-41.
- NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, n. esp., v. 41, 2007, p. 103-147.
- PNE. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, n. 88, v. 25, out. 2004, p. 727-756.
- SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cenage Learning, 2010.
- SENA, Laila Cristina Maioli. *Repercussões dos resultados do ENADE (2008) na Licenciatura em Pedagogia: o caso do Distrito Federal*. Monografia em Pedagogia. Faculdade de Educação - Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, n.16, v. 8, jul/dez. 2006, p. 20-45.

Recebido em: 25-11-2013
Aprovado em: 20-12-2013